

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S/A - ENERGIPE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2004 OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório das atividades de 2004, acompanhado das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações Gerais

Em 2004, a Energipe e suas controladas CELB e Saelpa mantiveram-se firmes no propósito de integração aos esforços empreendidos pelos governos federal, estaduais e municipais, empresas, organizações e sociedade civil para fomentar o desenvolvimento econômico e social dos Estados de Sergipe e Paraíba e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos sergipanos e paraibanos.

Assim, as empresas – responsáveis que são pelo fornecimento de um serviço essencial à população -, em consonância com as diretrizes emanadas de suas missões, jamais perderam de vista seus compromissos de suprir o mercado com energia de qualidade. Como resultado desse permanente esforço, traduzido em políticas de investimentos contínuos e aprimoramento de suas condições físicas, operacionais e humanas, a Energipe, CELB e Saelpa foram novamente agraciadas com importantes prêmios do setor elétrico: a Energipe recebeu o **Prêmio Abradee de “Melhor Empresa do Nordeste”**, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; a CELB tendo conquistado o Prêmio Abradee 2003 de Melhor Gestão, recebeu o **Prêmio Eletricidade Moderna 2004, na categoria Melhor Evolução Nacional** entre as concessionárias com mais de 40 mil consumidores; e a Saelpa ganhou o **Prêmio Abradee**, desta vez na **categoria Qualidade da Gestão**.

2. Desempenho Comercial e Investimentos

Tendo consolidado o Modelo de Sistema de Gestão, a Energipe, CELB e Saelpa, comprometidas em otimizar seus desempenhos comerciais em 2004, redobram esforços para reduzir seus índices de pendente e inadimplência. Nesse sentido, desenvolveram várias iniciativas, com destaque para: a campanha “Conversando que a gente se entende” na CELB e Saelpa, voltadas para os clientes em débito; a contratação de terceiros/escritórios terceirizados de advocacia para realização de cobrança de contas com débitos antigos e viabilizar a recuperação de créditos junto ao poder público municipal; a inspeção de clientes desligados e a priorização de negociação com clientes inadimplentes.

	Perdas de Energia (%)			Inadimplência (%)		
	2004	2003	Variação %	2004	2003	Variação %
Energipe	11,99	12,15	-1,3	2,93	2,74	6,9
CELB	8,71	8,94	-2,6	3,33	4,06	-18,0
Saelpa	20,39	20,65	- 1,3	5,67	7,59	- 25,3

Os investimentos consolidados, que atingiram R\$99.686 mil (R\$57.963 mil em 2003), foram alocados, prioritariamente, no setor de transmissão e distribuição de energia, destacando-se a instalação de 1.164 transformadores (622 pela Energipe, 511 pela Saelpa e 31 pela CELB), 12.530 postes (4.302 pela Energipe, 6.842 pela Saelpa e 1.386 pela CELB) e 636 Km de redes de distribuição urbanas e rurais (67 pela Energipe, 530 pela Saelpa e 39 pela CELB).

Energipe, CELB e Saelpa totalizaram, em dezembro de 2004, aproximadamente, 55 mil Km (Saelpa e CELB totalizam 42 mil Km) de linhas e redes de distribuição nos Estados de Sergipe e Paraíba.

Investimentos Realizados - R\$ mil

	Energipe	CELB	Saelpa	Total
. Geração	83	-	-	83
. Transmissão e Distribuição	20.422	5.643	68.907	94.972
. Outros	3.524	527	580	4.631
Total	<u>24.029</u>	<u>6.170</u>	<u>69.487</u>	<u>99.686</u>

3. Mercado de Energia Elétrica, Receita Operacional, Geração de Caixa e Resultado

Em 2004, a Energipe e suas controladas contabilizaram vendas consolidadas de energia a consumidores finais no montante de 4.471 GWh, o que significa redução de 3,9% em relação a 2003. Tal desempenho deve-se ao impacto (400 GWh em 2004) decorrente da perda de cinco consumidores industriais (três na área de concessão da Energipe e dois na Saelpa), que optaram ingressar no mercado de energia livre. Vale ressaltar, entretanto, que considerando no balanço energético consolidado da Energipe a energia demandada no mercado pelos referidos consumidores livres, o consumo industrial consolidado de energia nas áreas de concessão da Energipe, CELB e Saelpa passa a refletir um importante aumento de 7,5% e o consumo consolidado total um incremento de 4,7%. Importante também lembrar que a Energipe e Saelpa passaram a faturar desses consumidores os encargos de uso do sistema de distribuição, o que torna pouco relevante os impactos financeiros decorrentes dessa perda de consumidores.

Dentre as demais categorias de consumo, as classes residencial e comercial, apresentaram índices de crescimento consolidado de 4,2% (+ 6,0% na Energipe) e 2,5% (+ 4,2% na Energipe), respectivamente. O segmento rural destacou-se ao atingir taxa consolidada de crescimento de 10,9%, o que já reflete, inclusive, as ações voltadas para o cumprimento do Programa de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica.

A Energipe registrou, em 2004, uma receita operacional bruta consolidada de R\$1.148.818 mil (R\$470.080 mil na controladora Energipe), contra R\$945.433 mil (R\$398.724 mil na controladora Energipe), em 2003, o que significa um crescimento de 21,5%.

Por sua vez, a geração operacional de caixa consolidada, medida pelo EBITDA, foi 26,3% maior em relação à de 2003, totalizando R\$256.394 mil (R\$125.229 mil na controladora Energipe), o que representa uma margem consolidada de EBITDA de 30,3%, ou seja, 2,2 pontos percentuais maior em relação a do exercício anterior.

Geração de Caixa (EBITDA*) - R\$ mil

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Energipe	125.229	98.135
CELB	19.902	11.930
Saelpa	109.932	92.178
EBITDA Energipe Consolidada	256.394	202.966
Margem de EBITDA Consolidada	30,3%	28,1%

(*) EBITDA = Resultados dos Serviços + Depreciação e Amortização + Receitas de Acréscimos Moratórios + Provisões para Contingências e Devedores Duvidosos

Com isso, a Energipe registrou, em 2004, um lucro líquido consolidado de R\$17.578 mil, contra R\$16.181 mil em 2003. Como consequência, o patrimônio líquido da Energipe (excluído os recursos destinados a aumento de capital no montante de R\$260.121 mil) evoluiu de R\$419.131 mil, em dezembro de 2003, para R\$436.761 mil, em dezembro de 2004. O valor patrimonial de cada ação ao final do exercício ficou em R\$9.764,60.

Indicadores Operacionais e de Desempenho

	Energipe	CELB	Saelpa	Consolidado
Área de Concessão (Km ²)	17.419	1.789	54.595	73.803
Número de Clientes	451.833	135.334	863.795	1.450.963
Número de Colaboradores	815	210	1.630	2.655
Vendas - Mercado Próprio (GWh)	1.633	544	2.294	4.471
Variação das Vendas - Mercado Próprio (%)	- 12,1	+ 3,8	+ 1,1	- 3,9
Perdas de Energia do Sistema Próprio (%)	12,0	8,7	20,4	-
DEC- n° de horas em média sem energia/cliente	13,70	18,96	38,14	-
FEC- n° de vezes em média sem energia/cliente	10,46	11,90	14,14	-
Receita Operacional Bruta- R\$ mil	470.080	107.497	571.624	1.148.818
Receita Operacional Líquida-R\$ mil	343.316	82.053	420.254	845.240
Despesas Controláveis-R\$ mil	56.878	13.039	77.143	147.084
Resultado dos Serviços de Energia-R\$ mil	99.815	10.899	54.672	165.333
Despesas Financeiras Líquidas-R\$ mil	(69.919)	(7.445)	(24.911)	(98.277)
Lucro Líquido do exercício-R\$ mil	17.578	2.996	20.886	17.578
Geração de Recursos – EBITDA- R\$ mil	125.229	19.902	109.932	256.394
EBITDA / Receita Líquida (%)	36,5	24,3	26,2	30,3

4. As ações de Cidadania nas empresas

Na Energipe: as ações desenvolvidas pela Energipe, no âmbito da responsabilidade social concentraram-se em parcerias visando apoiar empreendimentos de natureza comunitária, como o Memorial do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e o Centro de Criatividade Governador João Alves Filho, além da tradicional Árvore de Natal, com 86 metros de altura, que a empresa, anualmente, monta num banco de areia do Rio Sergipe, hoje uma instituição consagrada no calendário das atrações marcantes do Estado.

Na Saelpa: a política de responsabilidade social da Saelpa teve desdobramentos positivos em 2004. Tanto é que a Saelpa foi agraciada com o *Prêmio Heitor Falcão 2004*, por sua atuação nessa área, e a Usina Cultural Saelpa, considerada “patrimônio cultural”, recebeu o Prêmio Abrajat 2004, concedido pela Associação de Jornalistas de Turismo – Seção Paraíba, pelo incremento que esse equipamento cultural tem dado ao turismo paraibano.

Ao longo do ano, a Usina Cultural Saelpa expandiu sua atuação, ampliando projetos como a Oficina de Dança (destinada a alunos da rede pública de ensino), aumentando o número de participantes, abrigando em suas dependências mostras de artes visuais, lançamentos de livros e espetáculos musicais.

Afora as ações desenvolvidas na Usina Cultural, a Saelpa patrocinou festas regionais, eventos e programas de cunho social e esportivo, além de entidades. Destaque-se o investimento de quase R\$1,5 milhão no programa Irrigação Eficiente, na área de meio ambiente, que valeu à Saelpa o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Eletrobrás/Procel), na categoria Empresas do Setor Elétrico.

Na CELB: a Super Estação de Energia, em funcionamento desde abril de 2004, têm mobilizado a atenção e a curiosidade das comunidades campinenses e vizinhas, atraindo inúmeros visitantes, de modo particular, alunos e professores de todos os níveis. A CELB também contribuiu mais uma vez para a realização da Micarande de 2004, da Festa da Padroeira N. S. da Conceição e – em parceria com a Fundação Ormeo Junqueira Botelho – do Presépio Vivo de Natal, eventos que há muito integram o calendário cultural anual de Campina Grande.

5. O Balanço Social da ENERGIPE

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2004	2003
1.1 - Receita Operacional Líquida	343.316	305.762
1.2 - Resultado Operacional	29.472	16.627
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	28.622	27.363
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	2.809	1.741
2.2 - Encargos Sociais	6.741	7.333
2.3 - Previdência Privada	6.654	884
2.4 - Saúde	1.235	923
2.5 - Educação	407	400
2.6 - Outros Benefícios	368	258
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.6)	18.214	11.539
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	139.763	93.229
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	643	225
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	9	18
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	297	1.351
3.5 - Programa Luz para Todos	2.714	28
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	143.426	94.851
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Número de colaboradores ao final do período	815	811
4.2 - Número de admissões durante o período	40	322
4.3 - Número de colaboradores do sexo feminino	128	128
4.4 - % de mulheres em cargos de chefia	20,0	20,8
4.5 - Número de colaboradores portadores de deficiência	38	34

6. A Demonstração do Valor Adicionado - DVA (R\$ mil)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	470.080	398.724
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(930)	(2.638)
Resultado não operacional	1.427	235
Insumos:		
Custo da energia elétrica comprada para revenda	120.621	132.410
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	24.036	18.064
Serviços de terceiros	12.195	11.840
Materiais	4.150	4.086
Conta de Consumo de Combustível - CCC	13.889	12.364
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.368	1.187
Outros custos operacionais	10.132	1.327
	<u>187.391</u>	<u>181.278</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>283.186</u>	<u>215.043</u>
Quotas de reintegrações	14.107	13.754
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>269.079</u>	<u>201.289</u>
4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Equivalência patrimonial	10.207	16.341
Amortização de ágio	(10.631)	(12.824)
Receitas financeiras	8.756	14.721
5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>277.411</u>	<u>219.527</u>
6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	30.116	25.852
Entidade de previdência privada	6.814	1.084
Governo		
INSS	3.603	3.204
ICMS	89.129	69.735
Imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins	48.145	21.253
RGR – Quotas para reserva global de reversão	3.894	3.846
Outros	2.489	2.241
Financiadores		
Juros	75.103	75.377
Aluguéis	540	754
Acionistas		
Absorção de prejuízos	17.578	16.181
	<u>277.411</u>	<u>219.527</u>

7. A Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de reais	2004	2003
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	456.125	410.079
(+) Outros recebimentos	18.921	754
(-) Fornecedores	190.895	150.124
(-) Salários e encargos sociais	34.972	31.223
(-) Impostos e contribuições	146.301	128.621
(-) Outras despesas	15.494	8.511
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	87.384	92.354
Atividades de investimentos		
(-) Aquisição de imobilizado	18.456	14.810
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(18.456)	(14.810)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	53.775	281.665
(+) Outros	-	1.070
(-) Serviço da dívida:	118.019	352.420
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(64.244)	(69.685)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	4.684	7.859
Saldo de caixa no início do exercício	10.049	2.190
Saldo de caixa no final do exercício	14.733	10.049

8. Atendimento à Instrução CVM nº 381

A Energipe e suas controladas passaram a utilizar os serviços de Auditoria Independente da Deloitte Touche Tohmatsu, a partir de 2002, não tendo contratado em 2004 e 2003 nenhum outro serviço senão de auditoria das suas demonstrações financeiras.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Em milhares de reais)

ATIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Disponibilidades	5.623	3.136	20.985	23.635
Aplicações no mercado aberto	9.110	6.913	15.551	11.408
Consumidores e concessionárias	73.539	64.538	220.014	198.119
Títulos de créditos a receber	25.176	23.525	74.585	55.732
Créditos renegociados	-	-	7.904	7.810
Recomposição tarifária extraordinária	18.849	17.791	45.764	41.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.781)	(7.804)	(64.800)	(49.391)
Estoques	448	439	1.408	1.577
Impostos a recuperar	4.341	10.588	26.855	31.357
Despesas pagas antecipadamente	12.619	3.808	35.014	15.851
Outros créditos	5.404	4.911	14.136	12.423
	145.328	127.845	397.416	350.461
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Recomposição tarifária extraordinária	10.095	21.895	67.674	93.637
Consumidores e concessionárias	27.261	18.078	27.261	18.078
Títulos de créditos a receber	-	-	29.759	30.012
Créditos renegociados	-	-	59.963	63.248
Impostos a recuperar	3.554	1.806	12.233	5.950
Créditos com partes relacionadas	294.716	249.037	152.516	123.330
Créditos tributários	28.728	33.638	132.486	133.602
Depósitos e cauções vinculados	18.362	11.506	58.168	37.762
Despesas pagas antecipadamente	11.992	2.438	21.677	4.585
Outros	1.567	13.633	3.057	28.739
	396.275	352.031	564.794	538.943
PERMANENTE				
Investimentos	123.424	113.211	262	287
Imobilizado	654.784	664.081	1.313.003	1.302.461
Diferido	1.368	524	4.971	3.501
	779.576	777.816	1.318.236	1.306.249
TOTAL DO ATIVO	1.321.179	1.257.692	2.280.446	2.195.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Fornecedores	55.129	49.542	139.132	130.533
Encargos de dívidas	388	236	2.639	1.417
Empréstimos e financiamentos	252.256	86.237	412.786	201.394
Folha de pagamento	123	45	1.726	1.573
Tributos e contribuições sociais	31.020	18.828	71.785	43.588
Parcelamento de impostos	2.612	2.991	19.028	18.706
Dividendos	-	-	871	661
Obrigações estimadas	3.093	2.699	7.820	7.096
Encargos do consumidor a recolher	2.717	1.618	6.317	2.167
Outras contas a pagar	12.421	15.096	33.785	41.830
	359.759	177.292	695.889	448.965
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Fornecedores	2.127	10.993	28.201	39.075
Empréstimos e financiamentos	199.099	326.613	283.167	453.629
Débitos com partes relacionadas	6.198	-	135.227	142.509
Tributos e contribuições sociais	6.621	12.974	22.586	32.561
Parcelamento de impostos	17.403	16.725	133.411	135.390
Provisão para contingências	14.087	5.667	102.636	83.778
Provisão de déficit atuarial	19.003	16.736	39.387	36.500
Outras contas a pagar	-	11.440	1.972	21.318
	264.538	401.148	746.587	944.760
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	141.088	122.676
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS				
DESTINADOS A FUTURO AUMENTO DE CAPITAL				
Capital social	437.815	437.815	437.815	437.815
Reservas de capital	3.348	3.348	3.348	3.348
Prejuízos acumulados	(4.402)	(22.032)	(4.402)	(22.032)
	436.761	419.131	436.761	419.131
Recursos destinados a futuro aumento de capital	260.121	260.121	260.121	260.121
	696.882	679.252	696.882	679.252
TOTAL DO PASSIVO	1.321.179	1.257.692	2.280.446	2.195.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receita operacional				
Fornecimento de energia elétrica	421.416	381.033	1.079.719	918.694
Suprimento de energia elétrica	21.935	11.262	32.738	15.922
Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição	21.962	1.782	26.210	1.782
Outras Receitas Operacionais	4.767	4.647	10.151	9.035
	<u>470.080</u>	<u>398.724</u>	<u>1.148.818</u>	<u>945.433</u>
Deduções da receita operacional				
ICMS	89.129	69.735	205.864	165.401
PIS	4.998	7.326	14.335	16.957
COFINS	28.732	12.055	74.337	31.154
ISS	11	-	44	14
Quotas para RGR	3.894	3.846	8.998	8.611
	<u>126.764</u>	<u>92.962</u>	<u>303.578</u>	<u>222.137</u>
Receita operacional líquida	<u>343.316</u>	<u>305.762</u>	<u>845.240</u>	<u>723.296</u>
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica	144.657	150.474	401.387	385.341
Energia elétrica comprada para revenda	120.621	132.410	337.001	333.134
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	24.036	18.064	64.386	52.207
Custo de operação	60.410	45.421	154.275	117.221
Pessoal e administradores	12.578	13.741	30.336	31.354
Entidade de previdência privada	6.814	1.084	9.264	3.264
Material	2.018	2.211	5.481	5.506
Serviços de terceiros	2.150	2.698	12.691	12.608
Conta de consumo de combustível - CCC	13.889	12.364	41.952	27.123
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.368	1.187	5.080	2.329
Depreciação e amortização	13.489	12.747	32.866	29.953
Provisões para contingências	5.074	(2.497)	10.295	2.301
Outras	2.030	1.886	6.310	2.783
Custo do serviço prestado a terceiros	2.473	1.523	5.495	3.185
	<u>207.540</u>	<u>197.418</u>	<u>561.157</u>	<u>505.747</u>
Lucro operacional bruto	<u>135.776</u>	<u>108.344</u>	<u>284.083</u>	<u>217.549</u>
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	11.259	12.572	51.052	27.060
Despesas gerais e administrativas	24.702	18.574	67.698	39.074
	<u>35.961</u>	<u>31.146</u>	<u>118.750</u>	<u>66.134</u>
Resultado do serviço	<u>99.815</u>	<u>77.198</u>	<u>165.333</u>	<u>151.415</u>
Receitas (despesas) financeiras				
Receita de aplicações financeiras	1.362	328	3.031	910
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.314	4.896	26.720	22.564
Encargos de dívidas	(78.313)	(79.922)	(133.396)	(141.703)
(-) Transferência para obras em curso	732	2.304	3.924	6.881
Juros sobre o capital próprio	-	-	(64)	(107)
Outras receitas (despesas)	986	8.306	1.508	38.066
	<u>(69.919)</u>	<u>(64.088)</u>	<u>(98.277)</u>	<u>(73.389)</u>
Ágio	(10.631)	(12.824)	(13.940)	(15.000)
Equivalência patrimonial	10.207	16.341	-	-
Resultado operacional	<u>29.472</u>	<u>16.627</u>	<u>53.116</u>	<u>63.026</u>
Resultado não operacional				
Receita não operacional	1.907	1.157	6.426	2.566
Despesa não operacional	(480)	(922)	(3.102)	(2.655)
	<u>1.427</u>	<u>235</u>	<u>3.324</u>	<u>(89)</u>
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	30.899	16.862	56.440	62.937
Contribuição social	(3.554)	(109)	(6.903)	(5.762)
Imposto de renda	(9.767)	(572)	(13.225)	(16.715)
Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>17.578</u>	<u>16.181</u>	<u>36.312</u>	<u>40.460</u>
Participações de administradores	-	-	(250)	(640)
Participações minoritária	-	-	(18.548)	(23.746)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	64	107
Lucro líquido do exercício	<u>17.578</u>	<u>16.181</u>	<u>17.578</u>	<u>16.181</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>392,99</u>	<u>361,76</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
Origens de recursos				
Das Operações				
Lucro líquido do exercício	17.578	16.181	17.578	16.181
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Equivalência patrimonial	(10.207)	(16.341)	-	-
Depreciação e amortização	14.107	13.754	35.969	34.132
Participação minoritária	-	-	18.548	23.746
Amortização de ágio	10.631	12.824	13.940	15.000
Juros e variação monetária de itens de longo prazo	9.550	4.658	(1.670)	(15.742)
Valor residual das baixas do ativo permanente	1.950	1.112	5.577	1.614
Créditos tributários	4.910	-	1.116	-
Efetivos inflacionários do Pis e Cofins	(9.012)	-	(15.369)	-
Perda de capital com investimentos	-	-	337	-
Provisão (reversão) para contingências	5.063	(351)	13.500	51
	<u>44.570</u>	<u>31.837</u>	<u>89.526</u>	<u>74.982</u>
De terceiros				
Financiamentos captados	14.976	36.159	63.964	103.160
Contribuição de consumidores	3.529	4.696	26.482	6.403
Subvenção da União - recursos CDE	2.265	-	5.737	-
Aumento do exigível a longo prazo	-	86.203	-	63.583
Parcelamento de impostos	-	2.532	-	74.763
Redução do realizável a longo prazo	12.666	-	40.299	-
Dividendos prescritos	52	-	52	-
	<u>33.488</u>	<u>129.590</u>	<u>136.534</u>	<u>247.909</u>
Total das origens	<u>78.058</u>	<u>161.427</u>	<u>226.060</u>	<u>322.891</u>
Aplicações de recursos				
Nas Operações				
Nos investimentos	6	7	6	9
No imobilizado	22.957	23.770	97.027	56.341
No diferido	1.072	330	2.659	1.622
Aumento no realizável a longo prazo	-	43.830	-	101.767
Recursos destinados a futuro aumento de capital	43.948	-	-	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	175.059	-	325.864	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	473	107
	<u>243.042</u>	<u>67.937</u>	<u>426.029</u>	<u>159.846</u>
Total das aplicações	<u>243.042</u>	<u>67.937</u>	<u>426.029</u>	<u>159.846</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>(164.984)</u>	<u>93.490</u>	<u>(199.969)</u>	<u>163.045</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido:				
Ativo circulante				
No início do exercício	127.845	143.337	350.461	366.478
No fim do exercício	<u>145.328</u>	<u>127.845</u>	<u>397.416</u>	<u>350.461</u>
	<u>17.483</u>	<u>(15.492)</u>	<u>46.955</u>	<u>(16.017)</u>
Passivo circulante				
No início do exercício	177.292	286.274	448.965	628.027
No fim do exercício	<u>359.759</u>	<u>177.292</u>	<u>695.889</u>	<u>448.965</u>
	<u>182.467</u>	<u>(108.982)</u>	<u>246.924</u>	<u>(179.062)</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>(164.984)</u>	<u>93.490</u>	<u>(199.969)</u>	<u>163.045</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais)**

	Reservas de capital			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Subvenção de investimentos	Remuneração de imobilizações em curso		
Saldos em 01 de janeiro de 2003	437.815	2.102	1.246	(38.213)	402.950
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.181	16.181
Saldos em 31 de dezembro de 2003	437.815	2.102	1.246	(22.032)	419.131
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	52	52
Lucro líquido do período	-	-	-	17.578	17.578
Saldos em 31 de dezembro de 2004	437.815	2.102	1.246	(4.402)	436.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Empresa Energética de Sergipe S/A - Energipe é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 451.836 consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A Energipe, através das empresas de propósitos específicos Pbpert Ltda. e Pbpert SE 1 S.A., adquiriu o controle acionário das empresas Companhia Energética da Borborema – CELB e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa.

A CELB e a Saelpa são concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, cujas áreas de concessão englobam praticamente todo o Estado da Paraíba e atendem a 999.129 consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A Energipe apresenta o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2004, no montante de R\$214.431 (R\$49.447 em 2003) na controladora, e R\$298.473 (R\$98.504 em 2003) no consolidado. Em 2003, a Energipe e suas controladas deram início à reestruturação de seus endividamentos, com o alongamento de dívidas bancárias, com fornecedores, acionistas e fiscais, no montante aproximado de R\$551.000. As agências de rating melhoraram a percepção de risco das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. A SR Rating reviu o rating corporativo da Cataguazes-Leopoldina, concedendo *upgrade* para “brA-“, e a Standard & Poors ratificou o rating de crédito corporativo em “brBBB+”. A redução das taxas básicas de juros em comparação com o exercício de 2003, contribuiu para a gradual redução dos custos financeiros das dívidas e, dessa forma, na melhoria do fluxo de caixa e do resultado operacional das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Nessa linha, já se pode constatar uma melhoria nos indicadores econômico-financeiros consolidados da Energipe, através dos resultados positivos em todas suas subsidiárias relevantes.

Não obstante a essa evolução favorável, a Administração está empenhada na melhoria da estrutura de capital das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, buscando instrumento que permita reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos dos passivos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;

- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede o seu valor de mercado;
- e) Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2004 e 2003. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CELB e Saelpa, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CELB em 30 anos, a partir de janeiro de 2000 e Saelpa em 30 anos, a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2004, os saldos a amortizar são: CELB R\$80.253 e Saelpa R\$302.520 e estão classificados no imobilizado para fins de apresentação no consolidado;

- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 17, e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;

O ágio incorporado pela Energipe, encontra-se registrado no imobilizado e está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos, homologados pela ANEEL, a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$462.416 (R\$473.047 em 2003);

- g) Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A Energipe e suas controladas optaram por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- h) O diferido está representado basicamente, pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos.
- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios.
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02. A Energipe, por não se enquadrar nas regras da referida Instrução, manteve os créditos tributários diferidos que foram registrados até 30 de junho de 2002 e a sua realização ocorrerá em conformidade com as regras da Deliberação CVM nº 273/98.
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;

- m) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- n) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Energipe se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências, Planos de Aposentadoria e Pensões, Recuperação de Ágios, Ativos Fiscais e Créditos Tributários Diferidos.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energipe e de suas controladas a seguir relacionadas:

Controladas:	<u>Participação societária em 2004 e 2003</u>
Pbpart Ltda. (*)	99,99
Pbpart SE 1 S.A. (**)	50,10

(*) Controladora da CELB (99,13% do capital votante e 88,85% do capital total)

(**) Controladora da Pbpart SE 2 Ltda (50,10% do capital votante e total) que detém o controle da Saelpa (97,55% do capital votante e 82,83% do capital total)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de 2004 e 2003, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96.

5 Consumidores e concessionárias

a) Controladora

Classes de Consumidores	Saldos	Vencidos					Total	
	Vincendos	até 30 dias	De 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2004	2003
Residencial	6.318	5.458	1.601	635	980	695	15.687	11.005
Industrial	4.953	1.285	195	60	93	397	6.983	9.980
Comércio, serviços e outras atividades	3.591	1.874	623	439	644	1.633	8.804	7.489
Rural	686	520	402	752	1.346	9.880	13.586	10.639
Poder público:								
Federal	549	278	151	43	10	47	1.078	795
Estadual	248	125	68	19	5	21	486	359
Municipal	974	493	268	76	18	84	1.913	1.407
Iluminação pública	1.143	318	229	67	16	11	1.784	1.331
Serviço público	1.498	14	30	19	-	8	1.569	1.110
Revisão tarifária periódica	-	-	-	-	-	-	19.182	11.078
Outras	-	-	-	-	-	-	3.545	1.650
Subtotal – consumidores	19.960	10.365	3.567	2.110	3.112	12.776	74.617	56.843
Concessionárias (*)							11.716	12.903
Fornecimento não faturado							14.467	12.870
Total	19.960	10.365	3.567	2.110	3.112	12.776	100.800	82.616
Parcela curto prazo							73.539	64.538
Parcela longo prazo							27.261	18.078

b) Consolidado

Classes de Consumidores	Saldos	Vencidos					Total	
	Vincendos	Até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2004	2003
Residencial	16.842	14.398	4.568	2.005	3.289	2.331	43.433	31.129
Industrial	17.023	2.451	650	557	1.099	12.799	34.579	37.202
Comércio, serviços e outras atividades	10.175	5.298	2.111	1.160	1.747	3.403	23.894	20.737
Rural	2.971	1.521	1.356	1.447	2.011	10.320	19.626	14.671
Poder público:								
Federal	1.647	724	560	365	513	2.283	6.092	6.429
Estadual	1.872	794	686	528	803	3.063	7.746	8.588
Municipal	2.060	946	689	436	584	1.963	6.678	6.852
Iluminação pública	3.650	1.278	1.794	1.755	2.965	14.269	25.711	25.215
Serviço público	4.305	185	108	91	132	221	5.042	4.666
Revisão tarifária periódica	-	-	-	-	-	-	19.182	11.078
Outros valores a receber	-	-	-	-	-	-	7.982	4.956
Subtotal – consumidores	60.545	27.595	12.522	8.344	13.143	50.652	199.965	171.523
Concessionárias (*)							12.254	13.420
Fornecimento não faturado							35.056	31.254
Total	60.545	27.595	12.522	8.344	13.143	50.652	247.275	216.197
Parcela curto prazo							220.014	198.119
Parcela longo prazo							27.261	18.078

(*) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2004 inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.743 e R\$10.224 controladora e consolidado, respectivamente, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2004, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2004. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$17 e de R\$49 controladora e consolidado, respectivamente, referentes aos encargos de serviços do sistema e às aquisições de energia na CCEE, estão demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Saldos a vencer	-	284	386	541
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	8.542	8.644	8.542	8.644
Créditos renegociados	-	826	-	844
Parcela em negociação	1.201	1.564	1.296	1.625
	<u>9.743</u>	<u>11.318</u>	<u>10.224</u>	<u>11.654</u>
(-) Aquisição de energia na CCEE	-	-	(62)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(17)	-	(49)	-
	<u>9.726</u>	<u>11.318</u>	<u>10.113</u>	<u>11.654</u>

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas no último dia útil do mês posterior ao fechamento do mês.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

6 Revisão tarifária periódica

A ANEEL, através da Resolução nº 103 de 20 de abril de 2004, que alterou a Resolução nº 199 de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira Revisão Tarifária Periódica da Energipe. O reposicionamento fixado de forma ainda provisória foi de 35,61% e um Fator Xe de 0,744 %, para vigorar a partir de 22 de abril de 2003.

Atendendo ao princípio de modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, definida na revisão tarifária periódica da concessionária, o acréscimo de receita da Parcela B resultante do reposicionamento tarifário, será aplicado em parcelas anuais, na forma apresentada a seguir:

I – em 22 de abril de 2003, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da ENERGIPE foram reposicionadas em 29,71%, que corresponderia ao percentual resultante do cálculo do índice de reajuste tarifário anual da concessionária; e

II - aos reajustes tarifários anuais a serem homologados para os anos de 2004 a 2007 serão acrescidos à Parcela B de cada ano, parcelas anuais no montante de R\$15.725, valor esse referenciado à data da revisão tarifária periódica da Energipe. Estes valores são atualizados pela variação do IGP-M.

No entanto, através da Resolução Homologatória nº 103, de 20 de abril de 2004 (provisória), a ANEEL alterou as parcelas anuais a serem acrescidas à Parcela B, anteriormente de R\$15.725 para R\$7.768, assim sendo, o montante a ser acrescido à tarifa no período 2004 a 2007 foi reduzido de R\$62.900 para R\$31.072.

A Energipe reconheceu a receita relativa a Parcela B fracionada pelo Regulador de acordo com o impacto incorrido na tarifa de cada exercício. Até 31 de dezembro de 2004, já havia incorrido o montante de R\$19.182 (R\$11.078 em dezembro de 2003), registrado na rubrica “consumidores e concessionárias”, R\$12.002 no ativo circulante e R\$7.180 no realizável a longo prazo consolidado, sendo que R\$6.339 foi reconhecido no resultado do exercício como receita registrado na rubrica “fornecimento de energia elétrica” e R\$1.765 em “outras receitas financeiras”.

7 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária

extraordinária, que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período (perda de receita);
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, esses valores estão sendo repassados aos geradores desde março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e a Resolução nº 1 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e Parcela A, estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total
Resoluções nº	480/02,481/02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04		480/02,481/02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04	
Valor homologado	26.809	23.777	4.844	55.430	93.112	59.974	6.713	159.799
Remunerações acumuladas	7.766	4.240	2.490	14.496	32.382	10.908	3.450	46.740
Amortizações acumuladas	(21.577)	(8.663)	-	(30.240)	(54.588)	(16.374)	-	(70.962)
Saldos em 31/12/2003	12.998	19.354	7.334	39.686	70.906	54.508	10.163	135.577
Remunerações no ano	1.492	3.647	1.191	6.330	10.360	10.717	1.651	22.728
Amortizações no ano	(10.156)	(6.916)	-	(17.072)	(25.679)	(16.985)	-	(42.664)
Provisão para perdas	-	-	-	-	(1.571)	(632)	-	(2.203)
Saldos em 31/12/2004	4.334	16.085	8.525	28.944	54.016	47.608	11.814	113.438
Parcela de curto prazo	4.001	14.848	-	18.849	20.376	25.388	-	45.764
Parcela de longo prazo	333	1.237	8.525	10.095	33.640	22.220	11.814	67.674

A Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, alterada pela Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica para recomposição de perda de receita e energia livre pelos seguintes prazos máximos, a partir de janeiro de 2002: Energipe (49 meses); CELB (81 meses) e Saelpa (71 meses).

As projeções de faturamento da controlada CELB, indicam que o prazo máximo estipulado pela ANEEL, será insuficiente para a realização da Recuperação Tarifária e Energia Livre na sua plenitude.

A ANEEL, vem sinalizando que procederá a revisão dos prazos de realização para as concessionárias que demonstrem insuficiência de prazo. Por falta de ato normativo da Agência Reguladora neste sentido, a Administração da controlada CELB optou por efetuar uma provisão de perdas da RTE no montante de R\$2.203 em contrapartida de outras despesas operacionais (R\$1.571) e de baixa de obrigações com fornecedores no exigível a longo prazo (R\$632).

A administração da Energipe e Saelpa baseadas em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

A Resolução ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, além de rever os prazos para recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da "Parcela A" e determinou que a recuperação dos valores desta se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação dos prazos acima citados.

8 Programa emergencial - racionamento

As despesas incorridas para implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, ocorrido em 2001 e 2002, foram homologados pela ANEEL, e estão sendo ressarcidos a partir do exercício de 2003, quando dos reajustes tarifários anuais. Os saldos a amortizar estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Natureza do gasto:				
. Pessoal	1.468	1.468	2.907	2.907
. Material	27	27	196	196
. Serviços de terceiros	573	573	1.141	1.141
. Outros	31	31	66	66
(-) provisão 2%	(25)	(25)	(101)	(101)
Total dos gastos homologados pela Aneel	2.074	2.074	4.209	4.209
(-) Valores apropriados ao resultado:				
.Exercício de 2003	(1.210)	(1.210)	(1.846)	(1.846)
.Exercício de 2004	(631)	-	(1.765)	-
(=) Saldo a apropriar (**)	233	864	598	2.363

(*) Contabilizados em despesas operacionais de acordo com a natureza de gasto.

(**) Contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

9 Subvenções a receber - baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência da nova classificação, a Energipe e suas controladas procederam ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$48.561 (R\$27.308 em 2003) na controladora e R\$142.380 (R\$78.115 em 2003) no consolidado, tendo a Eletrobrás já ressarcido as Companhias a importância de R\$44.008 e R\$131.975 (R\$23.450 e R\$68.912 em 2003) controladora e consolidado, respectivamente. Esta receita está sendo custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético.

Através da Resolução Aneel nº 89 de 25 de outubro de 2004, a agência reguladora alterou a metodologia de cálculo até então presente na Resolução nº 116 de 19 de março de 2003, para o

ressarcimento devido pela União através da ELETROBRÁS. Com base em dados preliminares, a Energipe e suas controladas optaram por provisionar os valores referentes ao excesso de subvenção concedida por consequência da nova metodologia de cálculo, no montante de R\$788 na controladora e R\$4.220 no consolidado.

Como consequência, em 31 de dezembro de 2004, o saldo a receber líquido referente à subvenção de consumidores baixa renda totaliza R\$3.765 (R\$3.858 em 2003) na controladora e R\$6.185 (R\$9.203 em 2003) no consolidado, estando registrados no balanço patrimonial na rubrica "Outros Créditos" no Ativo Circulante.

10 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, com atualização com base na variação do IGPM mais juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2004, os saldos estão demonstrados como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Parcela de curto prazo	25.176	23.525	74.585	55.732
Parcela de longo prazo	-	-	29.759	30.012
Títulos de créditos a receber	<u>25.176</u>	<u>23.525</u>	<u>104.344</u>	<u>85.744</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(3.275)	(3.796)	(21.563)	(17.738)

(*) Do montante dos Títulos de créditos a receber a Companhia e suas controladas constituíram provisão, contabilizada como parte integrante da rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" no ativo circulante.

11 Créditos renegociados – consolidado

Credora	Devedora	Crédito em 2004	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2003
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	19.076	103	IPCA	19.853
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	48.791	103	IPCA	51.205
Total		<u>67.867</u>			<u>71.058</u>
Parcela de curto prazo		7.904			7.810
Parcela de longo prazo		59.963			63.248

Os créditos, renegociados pela controlada Saelpa, referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.448	7.435	14.048	16.033
.Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	-	1.790	871	4.615
.Imposto de Renda – IRPJ	-	1.888	11.496	11.810
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	-	525	1.080	2.202
. Pis e Cofins	3.447	756	11.593	2.647
	<u>7.895</u>	<u>12.394</u>	<u>39.088</u>	<u>37.307</u>
Parcela de curto prazo	4.341	10.588	26.855	31.357
Parcela de longo prazo	3.554	1.806	12.233	5.950

13 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Efeitos regulatórios da parcela de Pis e Cofins (*)				
.PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2004)	2.968	-	5.074	-
.COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2004)	7.186	-	12.302	-
Encargos financeiros	1.842	2.456	2.119	2.825
Conta de compensação de parcela A - CVA	10.769	2.643	31.802	13.799
Parcela compensatória	611	596	2.534	2.466
Outros	1.235	551	2.860	1.346
	<u>24.611</u>	<u>6.246</u>	<u>56.691</u>	<u>20.436</u>
Parcela de curto prazo	12.619	3.808	35.014	15.851
Parcela de longo prazo	11.992	2.438	21.677	4.585

(*) Em face das alterações introduzidas pelas Leis 10.833/2003 e 10.637/2002, as quais majoraram a alíquota da COFINS de 3% para 7,6% e do PIS de 0,65% para 1,65%, a Energipe e suas controladas reconheceram neste exercício os efeitos regulatórios da parcela de PIS e COFINS incorrida sem cobertura tarifária, contabilizados no realizável a longo prazo em contrapartida de deduções da receita operacional - Pis e Cofins, os quais foram atualizados pela variação do IGP-M. Esses valores estão em processo de homologação pela ANEEL e serão repassados as tarifas em prazo não superior a 36 meses.

14 Transações com partes relacionadas

Controladora:

	2004		2003	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de mútuo:				
.CFLCL	19.959	-	29.436	-
. Saelpa	15.132	-	13.533	-
. Celb	-	6.198	-	-
	<u>35.091</u>	<u>6.198</u>	<u>42.969</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital:				
. Pbpart Ltda	82.099	-	51.412	-
. Pbpart SE 1	177.526	-	154.656	-
. Energisa S/A (*)	-	260.121	-	260.121
	<u>259.625</u>	<u>260.121</u>	<u>206.068</u>	<u>260.121</u>
Total	<u>294.716</u>	<u>266.319</u>	<u>249.037</u>	<u>260.121</u>

(*) Classificado no Patrimônio Líquido.

Os mútuos, originários de transações comerciais e financeiras normais ao curso das operações são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 6,7% a a. Os recursos destinados ao futuro aumento de capital não são remunerados.

Transações efetuadas:

	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	CELB	Saelpa	Total 2004	Total 2003
Energia elétrica (comprada)	-	-	-	-	(1.541)
Serviços contratados (despesa)	(732)	-	-	(732)	(679)
Receita (despesa) financeira	5.886	(596)	4.041	9.331	7.047

Consolidado:

Os saldos entre partes relacionadas no consolidado, em 31 de dezembro, estão demonstrados como segue:

	ATIVO CONSOLIDADO			
			TOTAL	
	ENERGISA	CFLCL	2004	2003
SAELPA	-	29.702	29.702	27.740
PBPART LTDA	-	50.745	50.745	29.853
PBPART SE 2	8.238	43.872	52.110	36.301
ENERGIPE	-	19.959	19.959	29.436
	<u>8.238</u>	<u>144.278</u>	<u>152.516</u>	<u>123.330</u>

	PASSIVO CONSOLIDADO			
			TOTAL	
	SAELPA (*)	PBPART SE1 (**)	2004	2003
CENF	2.539	-	2.539	9.821
Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda	-	132.688	132.688	132.688
	<u>2.539</u>	<u>132.688</u>	<u>135.227</u>	<u>142.509</u>

(*) Refere-se a operações de mútuo.

(**) Refere-se a "Adiantamento para futuro aumento de capital".

Transações efetuadas consolidado:

	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo	Energisa	Total 2004	Total 2003
Energia elétrica vendida	-	-	-	-	1.855
Serviços contratados (despesa)	(2.203)	-	-	(2.203)	(2.044)
Aluguel	(128)	-	-	(128)	(101)
Receita (despesa) financeira	26.329	(1.350)	1.653	26.632	25.517

15 Créditos tributários

Representam créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Em 1 de julho de 2002, a CVM publicou a Instrução nº 371/2002, que estabelece novos critérios de avaliação e divulgação dos créditos fiscais diferidos. Em atendimento às disposições contidas nessa Instrução estima-se as seguintes realizações dos créditos fiscais da controladora e consolidado:

Período	Realizações de créditos fiscais	
	Controladora	Consolidado
2005	5.987	19.968
2006	9.002	25.821
2007	8.443	30.318
2008	5.296	32.159
2009	-	24.220
Total	28.728	132.486

A Energipe somente constituiu créditos tributários sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social apurados até 30 de junho de 2002, conforme previsto pela Deliberação CVM nº 273/97. A partir desta data, por não se enquadrar nas regras da Instrução CVM nº 371/02, deixou de constituir créditos tributários no montante de R\$13.367 (R\$7.446 em 2003), os quais, segundo projeções internas, estima-se serem realizados a partir de 2008.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.899	16.862	56.440	62.937
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados à alíquota efetiva	(10.506)	(5.733)	(19.190)	(21.398)
Ajustes:				
Ítems permanentes - equivalência patrimonial	3.470	5.556	-	-
Créditos fiscais não constituídos em função da Instrução CVM nº 371/02	(5.921)	(119)	(5.921)	(119)
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	-	-	6.552	-
Outros	(364)	(385)	(1.569)	(960)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(13.321)</u>	<u>(681)</u>	<u>(20.128)</u>	<u>(22.477)</u>
Crédito tributário reconhecido no balanço				
Prejuízos fiscais	31.173	27.649	110.177	111.416
Base negativa de contribuição social	10.922	13.435	35.676	29.632
Total	42.095	41.084	145.853	141.048
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	<u>(13.367)</u>	<u>(7.446)</u>	<u>(13.367)</u>	<u>(7.446)</u>
Total	28.728	33.638	132.486	133.602

(*) As controladas Saelpa e CELB formalizaram pleito junto a ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste (antiga Sudene) e obtiveram em 2004, a redução do imposto de renda e adicionais a partir do exercício de 2003, através dos Laudos Constitutivos da ADENE de números 112 e 113/2004 Saelpa e 094/2004 CELB.

A redução do imposto de renda e adicionais devidos pelas controladas, relativos aos exercícios de 2003 e 2004, monta em R\$5.819 na Saelpa e R\$733 na CELB e foram contabilizados como Reservas de Capital no Patrimônio Líquido das controladas. O acréscimo patrimonial das controladas foi contabilizado pela Energipe como equivalência patrimonial no resultado do exercício.

16 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Participação em controladas	123.365	113.158	-	-
Outros	59	53	262	287
	<u>123.424</u>	<u>113.211</u>	<u>262</u>	<u>287</u>

Participação em controladas:

	2004					2003				
	Energipe	Energipe	Pbpart	Pbpart	Pbpart	Energipe	Energipe	Pbpart	Pbpart SE 1	Pbpart
Controladoras			Ltda.	SE 1 S/A	SE 2 Ltda.			Ltda.	S/A	SE 2 Ltda.
Controladas	Pbpart Ltda.	Pbpart SE 1 S/A	CELB	Pbpart SE 2 Ltda.	Saelpa	Pbpart Ltda.	Pbpart SE 1 S/A	CELB	Pbpart SE 2 Ltda.	Saelpa
Capital social	26.800	157.428	12.665	265.909	181.401	26.800	157.428	12.665	1	181.401
Quantidade de ações/quotas possuídas (mil)	26.799	78.871	113	265.909	605.678	26.799	78.871	113	1	605.678
Participação (%)	99,99	50,10	88,85	99,99	82,83	99,99	50,10	88,85	99,99	82,83
Lucro (prejuízo) do exercício	(3.122)	27.148	2.996	27.174	20.886	(913)	34.438	3.438	34.457	35.984
Patrimônio líquido	15.995	214.311	15.896	323.278	188.552	19.389	187.163	13.386	296.104	161.847
Equivalência patrimonial	(3.394)	13.601	3.249	27.174	22.120	(913)	17.254	3.054	34.457	29.806
Investimentos	15.995	107.370	14.123	323.278	156.178	19.389	93.769	11.893	296.104	134.058

Movimentação dos investimentos:

	2004			2003		
	Pbpart Ltda	Pbpart SE 1 S/A	TOTAL	Pbpart Ltda	Pbpart SE 1 S/A	TOTAL
Saldo inicial	19.389	93.769	113.158	20.302	76.515	96.817
Equivalência patrimonial	(3.394)	13.601	10.207	(913)	17.254	16.341
Saldo final	<u>15.995</u>	<u>107.370</u>	<u>123.365</u>	<u>19.389</u>	<u>93.769</u>	<u>113.158</u>

17 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Em serviço:				
Distribuição -				
Linhas, redes e subestações	299.944	283.960	742.085	673.397
Comercialização	2.541	2.469	12.085	12.121
Administração	26.558	24.724	48.037	46.400
	<u>329.043</u>	<u>311.153</u>	<u>802.207</u>	<u>731.918</u>
Depreciação acumulada:				
Distribuição -				
Linhas, redes e subestações	(116.867)	(103.707)	(271.305)	(251.522)
Comercialização	(468)	(341)	(3.371)	(2.829)
Administração	(9.918)	(8.442)	(20.458)	(17.771)
	<u>(127.253)</u>	<u>(112.490)</u>	<u>(295.134)</u>	<u>(272.122)</u>
Em curso:				
Distribuição -				
Linhas, redes e subestações	19.254	15.547	50.184	42.003
Comercialização	82	41	82	65
Administração	666	413	2.246	1.019
	<u>20.002</u>	<u>16.001</u>	<u>52.512</u>	<u>43.087</u>
Subtotal	<u>221.792</u>	<u>214.664</u>	<u>559.585</u>	<u>502.883</u>
Ágio de empresa incorporada	538.012	538.012	924.094	924.094
Amortização acumulada	<u>(75.596)</u>	<u>(64.965)</u>	<u>(78.905)</u>	<u>(64.965)</u>
Subtotal	<u>462.416</u>	<u>473.047</u>	<u>845.189</u>	<u>859.129</u>
Contribuições do consumidor	(26.857)	(23.328)	(85.721)	(59.238)
Subvenção da União –recursos CDE	(2.265)	-	(5.737)	-
Reserva para reversão	(302)	(302)	(313)	(313)
Obrigações vinculadas à concessão	<u>(29.424)</u>	<u>(23.630)</u>	<u>(91.771)</u>	<u>(59.551)</u>
Total	<u>654.784</u>	<u>664.081</u>	<u>1.313.003</u>	<u>1.302.461</u>

Os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição, inclusive comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As contribuições do consumidor, representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União – recursos CDE, são proveniente da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Energipe, incidindo, juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

As principais taxas de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)		
	Distribuição	Comercialização	Administração Central
Chaves e banco de capacitores	6,7	-	-
Condutor	5,0	-	-
Estrutura (poste, torre)	5,0	-	-
Regulador de tensão	4,8	-	-
Transformador	5,0	-	-
Religador	4,3	-	-
Luminária	7,7	-	-
Edificações obras civis e benfeitorias	4,0	4,0	4,0
Equipamento geral	10,0	10,0	10,0
Veículos	20,0	20,0	20,0

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado, na linha de distribuição, os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Encargos financeiros contabilizados no resultado	78.313	79.922	133.396	141.703
(-) transferência para o imobilizado em curso	(732)	(2.304)	(3.924)	(6.881)
Efeito líquido no resultado	77.581	77.618	129.472	134.822

Ágios em investidas

O ágio incorporado pela Energipe e os ágios pagos nas aquisições das controladas Saelpa e Celb, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para essas empresas. Em 31 de dezembro de 2004, a previsão de amortização de tais ágios é como segue:

Período de amortização	Controladora	Consolidado
2005 e 2006	28.342	41.144
2007 e 2008	33.143	55.324
2009 e 2010	32.104	62.048
2011 e 2012	35.881	73.331
2013 e 2014	37.891	76.737
2015 e 2016	39.907	78.752
2017 em diante	255.148	457.853
Total	462.416	845.189
Classificado como :		
Imobilizado	462.416	845.189

Movimentação dos ágios – consolidado

	2004				2003			
	Energipe	Pbpart Ltda	Pbpart SE 2 Ltda	Total	Energipe	Pbpart Ltda	Pbpart SE 2 Ltda	Total
Saldo inicial	473.047	81.400	304.682	859.129	485.871	82.352	305.906	874.129
. amortização de ágio	(10.631)	(1.147)	(2.162)	(13.940)	(12.824)	(952)	(1.224)	(15.000)
Saldo final	462.416	80.253	302.520	845.189	473.047	81.400	304.682	859.129

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003 alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios estabelecendo prioridade para atendimento aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

A ENERGIPE que atende a grande parte do Estado de SERGIPE, bem como suas controladas SAELPA e CELB, que atendem a todo o Estado da PARAÍBA, submeteram, em setembro de 2003, à ANEEL, os respectivos Planos de Universalização de Energia Elétrica a serem implementados no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2004. Os planos para atendimento ao período compreendido entre 2005 e 2008 foram apresentados em 15 de setembro de 2004. Os planos para atendimento às unidades previstas para períodos subseqüentes, deverão ser apresentados até o dia 31 de março de 2005.

A ANEEL, através da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicou, em 25 de junho de 2004, a Nota Técnica 043/2004 aprovando o Plano de Universalização da CELB e, em 5 de agosto de 2004, as Notas Técnicas 099/2004 e 101/2004 aprovando os Planos da ENERGIPE e SAELPA, respectivamente.

Paralelamente, através do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia – MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS, o Programa “LUZ PARA TODOS” - PLT, destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pela Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004, que aprovou a revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar os Planos, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas.

Durante o ano 2004, as distribuidoras mencionadas assinaram Termos de Compromissos com o Ministério de Minas e Energia - MME e com os respectivos Governos Estaduais, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa LUZ PARA TODOS, no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem atendidos encontram-se abaixo:

<u>Participações %</u>	<u>ENERGIPE</u>	<u>SAELPA</u>	<u>CELB</u>	<u>TOTAL</u>
Governo Estadual	30	20	20	-
Governo Federal-CDE	50	55	55	-
Distribuidora – RGR	5	10	10	-
Distribuidora – próprios	15	15	15	-
Ano de Conclusão	2006	2008	2005	-
R\$ milhões a investir	85,0	162,1	10,4	257,5
Consumidores a atender	22.393	44.100	2.850	69.343

No que diz respeito à universalização urbana, o prazo para atendimento é mais dilatado que o previsto para a universalização rural, como destacado abaixo, sendo que os recursos a serem aplicados para o meio urbano serão, na sua totalidade, de responsabilidade das distribuidoras, cujos valores aproximados, bem como o número de consumidores a serem atendidos, são:

<u>EMPRESAS</u>	<u>ENERGIPE</u>	<u>SAELPA</u>	<u>CELB</u>	<u>TOTAL</u>
Ano de Conclusão	2013	2013	2006	-
R\$ milhões a investir	6,0	7,5	0,3	13,8
Consumidores a atender	6.018	8.206	309	14.533

Pelos números apresentados, verifica-se que as empresas terão seus mercados sensivelmente aumentados com a ligação dos consumidores contemplados pelos respectivos Planos de Universalização, ressaltando-se que, além desses, estarão sendo conectados aos sistemas das distribuidoras aqueles oriundos do crescimento vegetativo, já que os aqui indicados compõem apenas o déficit atual.

Em resumo, serão investidos R\$ 271,3 milhões (R\$ 91,0 milhões, R\$ 169,6 milhões e R\$ 10,7 milhões pelas distribuidoras ENERGIPE, SAELPA e CELB, respectivamente), no período de 2004 a 2013 visando à universalização dos serviços de energia elétrica nas respectivas áreas de concessão, com acréscimo de 83.876 novos consumidores ao mercado das empresas em tela, dos quais 28.411 na ENERGIPE, 52.306 na SAELPA e 3.159 na CELB.

Os administradores das empresas em foco têm plena ciência do desafio que será a implantação desses Programas, nos quais serão aplicados valores que praticamente duplicam os investimentos das empresas, considerando os que estarão sendo investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, sabem, também, que tais investimentos contribuirão, em muito, para eliminar perdas de energia existentes atualmente, bem como para minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, com reflexos diretos nas potencialidades de crescimento dos Estados de Sergipe e da Paraíba.

18 Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Custo de aquisição de softwares	2.737	1.665	8.966	6.307
Amortização acumulada	(1.369)	(1.141)	(3.995)	(2.806)
Total	1.368	524	4.971	3.501

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Suprimento:				
Chesf	21.182	30.581	54.526	78.885
Contratos Bilaterais	5.895	3.790	25.726	15.207
Energia Livre	18.191	9.476	30.341	17.698
Uso de rede básica	2.699	2.692	8.461	7.333
Conexão à rede	493	198	777	470
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	-	-	118	34
Materiais e serviços	6.651	2.805	19.072	10.906
Outros	18	-	111	-
	55.129	49.542	139.132	130.533
LONGO PRAZO				
Suprimento:				
Contratos bilaterais	611	-	2.534	-
Energia livre	1.516	10.993	26.299	39.075
Provisão constituída (*)	-	-	(632)	-
	2.127	10.993	28.201	39.075
TOTAL	57.256	60.535	167.333	169.608

(*) vide nota explicativa nº 7

20 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
.Em moeda nacional, com juros de 4% a 7% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame, Unibanco, BNL, HSBC e BNDES) (*)	327.837	326.601	384.187	392.402
.Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da Finel, RGR (Eletrobrás)	2.464	2.900	7.654	10.151
Em moeda nacional, com juros de 1,7% a 15,39% a.a. acima do CDI (Bancos: Mercantil, Rural, Schahin, ABC Brasil, Itaú, HSBC, BBM, Brascan, Bic Banco, Bradesco, BVA, Santos, Sofisa, Banif Primus, BMC, Pine, Fibra, Guanabara, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Banco do Nordeste, Santander e Lemon Bank)	87.082	44.928	211.232	150.485
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da SELIC (BNDES).	14.704	18.224	61.958	64.797
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação do INPC e TR (Funasa).	-	-	3.910	6.155
.Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus).	14.862	15.795	14.862	15.795
.Em moeda nacional, com juros de 0,75% a m, e atualização monetária com base na variação da taxa TBF (BANESE).	4.406	4.402	4.406	4.402
. Total moeda nacional	451.355	412.850	688.209	644.187
.Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 7,255% a.a. mais variação cambial (Unibanco).	-	-	7.744	10.836
. Total moeda estrangeira	-	-	7.744	10.836
Total Geral	451.355	412.850	695.953	655.023
.Parcela de curto prazo	252.256	86.237	412.786	201.394
.Parcela de longo prazo	199.099	326.613	283.167	453.629

(*) No consolidado os financiamentos obtidos junto ao BNDES, incluem:

. R\$54.230 (R\$52.628 em 2003), obtido pela Pupart Ltda, para aquisição do controle acionário da CELB;

. R\$1.857 (R\$12.538 em 2003), obtido pela Pupart SE 2 Ltda. e R\$219.336 (R\$212.880 em 2003), obtido pela Energipe, para aquisição do controle acionário da Saelpa.

A Energipe também obteve financiamentos para suas atividades operacionais junto ao BNDES, da ordem de R\$99.401 (R\$100.539 em 2003).

Esses financiamentos estão garantidos pelas cauções das próprias ações adquiridas e a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF) de propriedade da CFLCL.

Adicionalmente, os contratos firmados pela Pupart Ltda, Energipe, junto ao BNDES, possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2004, as exigências contratuais foram plenamente cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto às demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Energipe, CELB e Saelpa. Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2004	2003
US\$ x R\$	-8,13%	-18,23%
TJLP	9,81%	11,50%
SELIC	16,25%	23,35%
Finel	2,48%	1,70%
CDI	16,17%	23,25%
TBF	15,61%	22,42%
IGPM	12,42%	8,69%
IGPDI	12,95%	7,66%
INPC	6,13%	10,38%

Em 31 de dezembro de 2004 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2004	
	Controladora	Consolidado
2006	112.922	161.319
2007	79.093	104.898
2008	3.090	9.837
2009	3.091	4.986
2010	313	679
Após 2010	590	1.448
	199.099	283.167

21 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a Energipe e suas controladas CELB e Saelpa aderiram ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A Energipe e suas controladas CELB e Saelpa, também parcelaram seus débitos fiscais de ICMS junto aos Governos Estaduais.

Em 31 de dezembro de 2004, a liquidação dos valores está assim programada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2005	2.612	19.028
2006	2.612	19.028
2007	2.538	18.955
2008	2.207	18.623
Após 2008	10.046	76.805
Total	20.015	152.439
Parcela curto prazo	2.612	19.028
Parcela longo prazo	17.403	133.411

22 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 42.341 ações ordinárias e 2.388 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/76.

23 Fornecimento de energia elétrica

a) Controladora

	<u>2004</u>			<u>2003</u>		
	<u>Não auditado</u>			<u>Não auditado</u>		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	405.961	473.319	165.185	389.418	446.556	134.765
Industrial	2.942	512.161	92.611	3.023	782.230	107.181
Comercial	27.387	275.305	91.028	27.240	264.155	72.363
Rural	9.439	72.612	12.123	8.686	74.671	9.881
Poder Público:						
Federal	102	20.318	5.753	100	19.551	4.610
Estadual	4.214	41.447	12.516	4.093	39.884	10.022
Municipal	699	19.504	5.507	679	18.769	4.408
Iluminação Pública	726	92.586	13.529	696	87.499	11.234
Serviço Público	305	123.050	15.227	289	122.756	12.716
Consumo Próprio	58	2.589	-	57	2.637	-
Subtotal	451.833	1.632.891	413.479	434.281	1.858.708	367.180
Suprimento	3	268.891	21.935	3	223.066	11.262
Fornecimento não faturado (líquido)	-	3.276	1.598	-	5.349	2.953
Revisão tarifária periódica	-	-	6.339	-	-	10.900
Outras receitas	-	-	26.729	-	-	6.429
Total	451.836	1.905.058	470.080	434.284	2.087.123	398.724

O fornecimento de energia elétrica apresentado acima inclui o ICMS no montante de R\$89.129 (R\$69.737 em 2003).

b) Consolidado

	2004			2003		
	Não auditado			Não auditado		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	1.249.980	1.337.882	427.280	1.207.683	1.284.706	346.654
Industrial	7.734	1.481.093	248.197	7.885	1.750.072	236.080
Comercial	97.083	688.193	211.867	95.665	671.628	169.829
Rural	76.301	211.852	31.573	66.121	190.976	23.769
Poder Público:						
Federal	625	57.818	23.662	610	55.413	19.158
Estadual	6.764	84.277	25.660	6.598	80.751	20.672
Municipal	10.113	71.883	14.318	9.932	68.728	11.550
Iluminação Pública	1.143	260.295	42.185	1.042	260.484	36.056
Serviço Público	1.051	271.767	44.834	1.093	283.244	37.931
Consumo Próprio	164	6.093	-	161	6.109	-
Subtotal	1.450.958	4.471.153	1.069.576	1.396.790	4.652.111	901.699
Suprimento	5	368.949	32.738	4	327.384	15.922
Fornecimento não faturado (líquido)	-	6.022	3.804	-	7.296	6.095
Revisão tarifária periódica	-	-	6.339	-	-	10.900
Outras receitas	-	-	36.361	-	-	10.817
Total	1.450.963	4.846.124	1.148.818	1.396.794	4.986.791	945.433

- O número de consumidores no consolidado, inclui o somatório de consumidores da Energipe, CELB e Saelpa.
O fornecimento de energia elétrica apresentado acima inclui o ICMS no montante de R\$205.864 (R\$165.401 em 2003).

24 Gastos operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

NATUREZA DO GASTO	CONTROLADORA						TOTAL	
	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS			2004	2003
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.			
Energia elétrica comprada para revenda	120.621	-	-	-	-	120.621	132.410	
Encargo de uso sist. de transm. e distribuição	24.036	-	-	-	-	24.036	18.064	
Pessoal e administradores	-	12.578	160	4.015	16.966	33.719	26.559	
Entidade de previdência privada	-	6.814	-	-	-	6.814	1.084	
Material	-	2.018	407	1.601	124	4.150	4.086	
Serviços de terceiros	-	2.150	1.354	4.072	4.619	12.195	11.840	
Depreciação e amortização	-	13.489	-	128	490	14.107	13.754	
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	930	-	930	2.638	
Provisões para contingências	-	5.074	-	-	(11)	5.063	(351)	
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	2.368	-	-	-	2.368	1.187	
Conta de consumo de combustível - CCC	-	13.889	-	-	-	13.889	12.364	
Outras	-	2.030	552	513	2.514	5.609	4.929	
	144.657	60.410	2.473	11.259	24.702	243.501	228.564	

CONSOLIDADO

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS OPERACIONAIS			TOTAL	
	COM	DE	PRESTADO	COM	GERAIS	2004	2003
	ENERGIA ELÉTRICA	OPERAÇÃO	A TERCEIROS	VENDAS	E ADMINIST.		
Energia elétrica comprada para revenda	337.001	-	-	-	-	337.001	333.134
Encargo de uso sist. de transm. e distribuição	64.386	-	-	-	-	64.386	52.207
Pessoal e administradores	-	30.336	291	17.018	31.046	78.691	62.991
Entidade de previdência privada	-	9.264	25	2.369	2.198	13.856	3.290
Material	-	5.481	1.876	3.666	619	11.642	10.348
Serviços de terceiros	-	12.691	2.625	7.879	19.700	42.895	38.724
Depreciação e amortização	-	32.866	-	128	2.975	35.969	34.132
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	14.872	-	14.872	(5.196)
Provisões para contingências	-	10.295	-	-	3.205	13.500	51
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	5.080	-	-	-	5.080	2.329
Conta de consumo de combustível CCC	-	41.952	-	-	-	41.952	27.123
Outras	-	6.310	678	5.120	7.955	20.063	12.748
	401.387	154.275	5.495	51.052	67.698	679.907	571.881

25 Remuneração dos administradores

A rubrica "Despesas de pessoal" inclui o montante de R\$1.543 (R\$674 em 2003), na controladora, R\$4.200 (R\$2.396 em 2003) no consolidado, referente a remuneração dos administradores.

26 Provisões para contingências

a) Controladora

Contingência	2004			2003		
	Valor da Provisão		Depósitos e cauções vinculados	Valor da Provisão		Depósitos e cauções vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Longo Prazo:						
Trabalhistas	6.861	10.308	16.900	-	3.447	10.590
Cíveis	1.559	3.529	35	(350)	1.970	22
Fiscais	-	250	1.427	(11.566)	250	894
TOTAL	8.420	14.087	18.362	(11.916)	5.667	11.506

No exercício de 2004, do montante de R\$8.420 de acréscimo de provisão, R\$3.357, está contabilizado em "Outras despesas financeiras", R\$5.063 em "Provisão para contingências". Em 2003, o montante R\$11.916 de redução de provisão, R\$11.796, foi reclassificado para a conta "Tributos e contribuições sociais" no Exigível a longo prazo, R\$231, está contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$351 foi contabilizado como reversão de provisão para contingências.

b) Consolidado

Contingência	2004			2003		
	Valor da Provisão		Depósitos e cauções vinculados	Valor da Provisão		Depósitos e cauções vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Longo Prazo:						
Trabalhistas	12.146	48.480	48.685	4.258	36.334	30.350
Cíveis	4.292	34.251	6.482	1.417	29.959	4.013
Fiscais	2.420	19.905	3.001	(20.177)	17.485	3.399
TOTAL	18.858	102.636	58.168	(14.502)	83.778	37.762

No exercício de 2004, do montante de R\$18.858 de acréscimo de provisão, R\$5.358, está contabilizado em "Outras despesas financeiras", R\$13.500 em "Provisão para contingências". Em 2003, R\$14.449, foi reclassificado para a conta "Tributos e contribuições sociais" no Exigível a longo prazo, R\$104 como estorno de atualização e está contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$51 em "Provisão para contingências."

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2004, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica independente e, em consequência disto, constatou-se a necessidade de provisão adicional para cobrir prováveis perdas. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

. Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Energipe e suas controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor do diferencial pago à época.

. Fiscais

Refere-se basicamente a provisão de COFINS, sendo certo que, além desse tributo, as contingências fiscais envolvem discussões relacionadas, basicamente, a INSS, PIS/PASEP, ISS, ICMS e CSLL. Os referidos processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota para a Energipe, e suas controladas.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$1.152 (R\$854 em 2003), na controladora e R\$11.613 (R\$10.256 em 2003) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

ICMS de subvenções de baixa renda

O convênio Confaz 79/04, publicado no DOU de 30 de setembro de 2004, autoriza aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba, entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao

ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda do período de 01 de maio 2002 até 31 de dezembro 2004 (Minas Gerais) e 31 de agosto de 2004 (Rio de Janeiro e Paraíba). O Estado de Sergipe, não foi signatário do referido convênio. Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre essa contingência. Há que se ressaltar, que por prudência, as controladas Saelpa e Celb passaram a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de dezembro 2004. A Administração vem mantendo contatos com os Governos Estaduais visando a desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. Apresentamos a seguir os valores do ICMS não recolhido:

Empresa	período	ICMS (R\$)
Saelpa	05/2002 a 11/2004	11.885
Celb	05/2002 a 10/2004	1.924
Energipe	05/2002 a 12/2004	7.141
Total		20.950

27 Cobertura de seguros

A política de Seguros da Companhia e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas pela Administração suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

As apólices de Risco Nomeados e Responsabilidade Civil, são contratadas em conjunto com as controladas, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

RAMOS	DATA DE VENCIMENTO	COBERTURA SECURITÁRIA		PRÊMIO ANUAL PAGO	
		CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto, Riscos Diversos e Equipamentos Móveis..	23/10/2005	16.655		93	209
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2005	14.640		173	425
Automóveis - Danos Materiais e Corporais	23/10/2005	até R\$200 mil /veículo		73	172
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	1/12/2005	57.859		83	207
				<u>422</u>	<u>1.013</u>

28 Instrumentos financeiros (Instrução CVM nº 235/95)

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Energipe e suas controladas. A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, estão compatíveis com o valor de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro. A Energipe e suas controladas não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os valores de mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da Energipe e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Energipe e suas controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade de perdas por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Durante o exercício de 2004, a Energipe, CELB e Saelpa não operaram com derivativos.

Taxas de Juros

Possibilidade de a Energipe e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Energipe e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a Energipe e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

29 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energipe e suas controladas Saelpa e CELB são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2004	2003		2004	2003
Energipe	Inergus	1.815	1.503	7,53	(**) (25.507)	(**) (20.272)
Saelpa	Funasa	4.275	3.672	13,80	(**) (27.426)	(**) (24.355)
CELB	(*)	130	123	3,40	837	730

(*) administrado pelo BB Previdência

(**) R\$6.504 (R\$3.536 em 2003) e R\$13.546 (R\$8.127 em 2003), na controladora e consolidado respectivamente, foram contabilizados no passivo circulante em Outras contas a pagar, R\$19.003 (R\$16.736 em 2003) na controladora e R\$39.387 (R\$36.500 em 2003) no consolidado no exigível a longo prazo.

O Superávit referente ao plano da CELB não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pelo Inergus e Funasa, o qual emitiu pareceres datados de 7 e 2 de março de 2005, respectivamente, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração das Fundações.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação 371 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	Inergus		Funasa		CELB	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Valor presente das obrigações atuariais	(79.304)	(77.270)	(98.354)	(102.036)	(1.649)	(2.739)
Valor justo dos ativos do plano	32.370	29.892	47.966	50.671	3.100	2.598
Valor presente das obrigações em excesso						
ao valor justo dos ativos	(46.934)	(47.378)	(50.388)	(51.365)	1.451	(141)
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	21.427	27.106	22.962	27.010	(614)	871
Superávit (déficit) líquido	(25.507)	(20.272)	(27.426)	(24.355)	837	730

Demonstração das despesas para o exercício de 2005, segundo critérios da Deliberação 371 da CVM:

	Inergus	Funasa	Celb
Custo do serviço corrente	1.509	1.554	146
Custo dos juros	8.407	10.378	181
Rendimento esperado do ativo do plano	(3.399)	(5.052)	(341)
(Ganho) ou Perda atuarias não reconhecidas	810	722	(11)
Contribuições dos empregados	(823)	(560)	(90)
Despesas previstas para 2005	6.504	7.042	(115)

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

	Inergus	Funasa	Celb
(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício	20.272	24.355	(730)
Despesas correntes	7.050	7.346	23
Contribuições da Companhia	(1.815)	(4.275)	(130)
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	25.507	27.426	(837)

Em 31 de dezembro de 2004 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	<u>Inergus</u>	<u>Funasa</u>	<u>Celb</u>
Valor justo dos ativos no início do exercício	29.892	50.671	2.598
Benefícios pagos	(5.940)	(7.765)	(65)
Contribuições de participantes vertidas no ano	796	617	83
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	1.815	4.275	130
Rendimento efetivo dos ativos	5.807	168	354
Valor justo dos ativos	<u>32.370</u>	<u>47.966</u>	<u>3.100</u>

Demonstração dos passivos atuariais:

	<u>Inergus</u>	<u>Funasa</u>	<u>Celb</u>
Saldo no início do exercício	77.270	102.036	2.739
Benefícios pagos no ano	(5.940)	(7.765)	(65)
Juros sobre obrigação atuarial	8.468	11.119	305
Custo do serviço corrente (com juros)	1.505	1.269	88
Ganhos nas obrigações atuariais	(1.999)	(8.305)	(1.418)
Saldo no final do exercício	<u>79.304</u>	<u>98.354</u>	<u>1.649</u>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

	Energipe	Saelpa	Celb
Taxa de desconto atuarial	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11% a.a.	11% a.a.	11% a.a.
Reajuste do benefício	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Crescimento salarial	0,5% a.a.	0,5% a.a.	0,5% a.a.
Inflação projetada	5% a.a.	5% a.a.	5% a.a.

Hipóteses Demográficas

	Energipe	Saelpa	Celb
Tábua de mortalidade	UP-84	UP-84	UP-84
Tábua de mortalidade de inválidos	CS058	IAPC	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57	IAPB-57	Álvaro Vindas

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energipe, CELB e Saelpa aos seus empregados:

Descrição	Energipe	Saelpa	Celb
Participantes Ativos			
Número	847	637	74
Idade Média	35.05	43.73	39.35
Tempo de participação (anos)	9.71	19.50	7
Salário de Participação Médio	R\$1.800	R\$1.623	R\$1.859
Participantes Assistidos			
Número	314	477	5
Idade Média	58.23	63.59	60.20
Benefício Médio Mensal	R\$1.206	R\$1.105	R\$954
Pensionistas			
Número de Pensionistas	109	171	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$747	R\$458	R\$204

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 22, as respectivas patrocinadoras têm contratos firmados com o Inergus e Funasa relacionados a financiamentos junto a estes planos.

30 Resultado não operacional

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	1.892	1.157	6.426	2.526
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(480)	(866)	(2.485)	(2.655)
Outras receitas (despesas) não operacionais	15	(56)	(617)	40
Total	1.427	235	3.324	(89)

31 Contrato de concessão de distribuição

A Energipe, CELB e Saelpa assinaram com a ANEEL contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, renováveis pelo mesmo prazo de concessão, com as seguintes características:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
Energipe	23/11/1997	30 anos	23/11/2027
CELB	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Saelpa	15/01/2001	30 anos	15/01/2031

32 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.306/2004 – SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresentamos as demonstrações dos resultados da atividade de distribuição e da atividade atípica.

	2004			2003	
	Não auditado		Total	Total	
	Geração	Distribuição	Ativ. Atípica		
Receita operacional					
Fornecimento de energia elétrica	-	421.416	-	421.416	381.033
Suprimento de energia elétrica	-	21.935	-	21.935	11.262
Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição	-	21.962	-	21.962	1.782
Outras Receitas Operacionais	-	4.767	-	4.767	4.647
	-	470.080	-	470.080	398.724
Deduções da receita operacional					
ICMS	-	89.129	-	89.129	69.735
PIS	-	4.998	-	4.998	7.326
COFINS	-	28.732	-	28.732	12.055
ISS	-	11	-	11	-
Quotas para RGR	-	3.894	-	3.894	3.846
	-	126.764	-	126.764	92.962
Receita operacional líquida	-	343.316	-	343.316	305.762
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	-	144.657	-	144.657	150.474
Energia elétrica comprada para revenda	-	120.621	-	120.621	132.410
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	-	24.036	-	24.036	18.064
Custo de operação	-	60.410	-	60.410	45.421
Pessoal e administradores	-	12.578	-	12.578	13.741
Entidade de previdencia privada	-	6.814	-	6.814	1.084
Material	-	2.018	-	2.018	2.211
Serviços de terceiros	-	2.150	-	2.150	2.698
Conta de consumo de combustível - CCC	-	13.889	-	13.889	12.364
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	2.368	-	2.368	1.187
Depreciação e amortização	-	13.489	-	13.489	12.747
Provisões para contingências	-	5.074	-	5.074	(2.497)
Outras	-	2.030	-	2.030	1.886
Custo do serviço prestado a terceiros	-	2.473	-	2.473	1.523
	-	207.540	-	207.540	197.418
Lucro operacional bruto	-	135.776	-	135.776	108.344
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	-	11.259	-	11.259	12.572
Despesas gerais e administrativas	-	24.702	-	24.702	18.574
	-	35.961	-	35.961	31.146
Resultado do serviço	-	99.815	-	99.815	77.198
Receitas (despesas) financeiras					
Receita de aplicações financeiras	-	1.362	-	1.362	328
Variação monetária e acréscimo moratório energia vendida	-	5.314	-	5.314	4.896

Encargos de dívidas	-	(28.030)	(50.283)	(78.313)	(79.922)
(-) Transferência para obras em curso	-	732	-	732	2.304
Outras receitas (despesas)	-	936	50	986	8.306
	-	(19.686)	(50.233)	(69.919)	(64.088)
Ágio	-	-	(10.631)	(10.631)	(12.824)
Equivalência patrimonial	-	-	10.207	10.207	16.341
Resultado operacional	-	80.129	(50.657)	29.472	16.627
Resultado não operacional					
Receita não operacional	-	1.907	-	1.907	1.157
Despesa não operacional	-	480	-	480	922
	-	1.427	-	1.427	235
Lucro líquido (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda	-	81.556	(50.657)	30.899	16.862
Contribuição social	-	1.924	(5.478)	(3.554)	(109)
Imposto de renda	-	5.425	(15.192)	(9.767)	(572)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	88.905	(71.327)	17.578	16.181

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Empresa Energética de Sergipe S/A – Energipe
Aracaju – SE

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Energética de Sergipe S/A – Energipe e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Energética de Sergipe S/A – Energipe e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 214.431 mil (R\$ 49.447 mil em 2003) e R\$ 298.473 mil (R\$ 98.504 mil em 2003), controladora e consolidado, e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas” e “empréstimos e financiamentos”, no montante de R\$ 451.743 mil (R\$ 413.086 mil em 2003) e R\$ 698.592 mil (R\$ 656.440 mil em 2003), controladora e consolidado, que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações individuais e consolidadas dos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, prosseguindo com o programa de reestruturação de dívidas iniciado em 2003, a Administração vem negociando junto aos bancos alternativas de financiamentos a um custo financeiro menor que os atualmente contratados. Na avaliação da Administração, a confirmação dessas negociações, associada à existência de projeções internas de resultados positivos, serão suficientes para adequar a

liquidez à manutenção das operações da Companhia e controladas, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e seus respectivos encargos financeiros.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a ANEEL fixou o reposicionamento tarifário, em caráter provisório, da Companhia, resultando em aumento de 35,61%, aplicável sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 22 de abril de 2003. Em 31 de dezembro de 2004, o citado reposicionamento tarifário continua em processo de validação para homologação definitiva pela ANEEL e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras não contemplam eventuais ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo da Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-SE

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517-3/S-SE